

FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO
DA DEFENSORIA PÚBLICA - FAADEP

Relatório de Desempenho

JAN - DEZ

20
23

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO CEARÁ



DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

Elizabeth das Chagas Sousa

SUBDEFENSORA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

Sâmia Farias Costa Maia

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Flávia Maria Andrade de Lima

**DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA
PÚBLICA E SUPERVISORA DO NÚCLEO DE ESTÁGIO**

Ana Mônica Anselmo de Amorim

ASSESSOR JURÍDICO

Petrus Henrique Gonçalves Freire

ASSESSOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

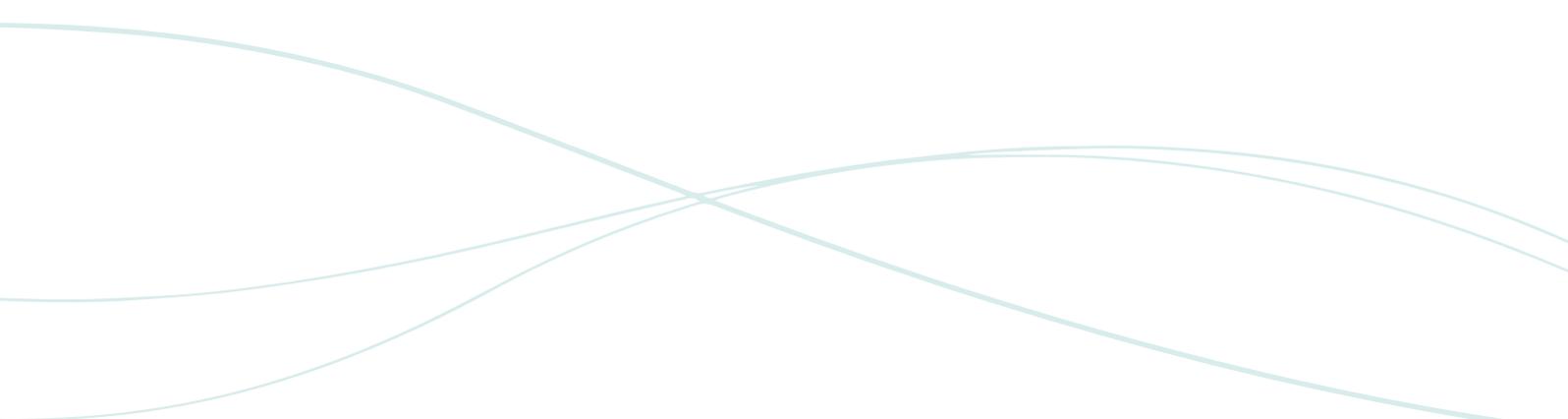
Victor Matos Montenegro

ASSESSORA DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

Lia Cordeiro Felismino

ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E CONTROLE

Leandro Sousa Bessa



COORDENADOR DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL

Manfredo Rommel Cândido Maciel

COORDENADORA DAS DEFENSORIAS DO INTERIOR

Sheila Florêncio Falconeri

SUBCOORDENADORA DAS DEFENSORIAS DO INTERIOR

Renata Peixoto do Amaral Botelho Silva

COORDENADORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA

Nídia de Matos Nunes

COORDENADOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Elienai Amaro de Sousa

**SUPERVISOR DA COORDENADORIA DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Bruno Fiori Palhano Melo

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO

Bianca Felippsen



Sumário

Palavra da Defensora Geral // 6

1. Descrição geral, missão, finalidade, competência e estrutura organizacional // 8

1.1. Descrição geral // 8

1.2. Missão e Finalidade // 9

1.3. Competência // 9

1.4. Estrutura organizacional // 9

2. Estratégias e planos de ação, destacando os objetivos e metas físicas e financeiras estabelecidas nos projetos e atividades // 10

2.1. Metodologia // 10

2.2. Plano de Atuação // 12

2.3. Identidade Organizacional // 13

2.4. Estratégias // 14

2.5. Matriz de Projetos, Metas e Indicadores // 15

2.6. Orçamento Participativo // 22

3. Recursos orçamentários e financeiros, indicando suas fontes, recursos patrimoniais, infra-estrutura e quadro de pessoal // 26

3.1. Fontes // 26

4. Execução de programas de governo, projetos e atividades privilegiando os resultados alcançados, com indicação dos recursos orçamentários e financeiros utilizados // 29

4.1. Execução dos programas de governo // 29

4.2. Execução dos projetos e atividades // 30

5. Indicadores de gestão e de desempenho que permitam aferir a eficiência, eficácia e economicidade das ações // 6

5.1. Indicadores de Gestão // 6

5.2. Indicadores de Desempenho // 6

6. Demonstrativo de Fluxo Financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados, bem como a indicação de contrapartida estadual, se for o caso. // 42

7. Demonstrativo das transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres; // 43

8. Relatório de desempenho de gestão dos órgãos ou entidades supervisoras que mantenham contrato de gestão com organizações sociais na forma da Lei 12.781/97, bem como relatórios gerencial e de atividades; // 44

9. Relatório de exoneração de Responsável antes do final do exercício // 45

9.1. Período de Gestão // 45

9.2. Relação de Contratos e Convênio Celebrados // 45

9.3 Relação de Tomada de Contas Especiais instauradas // 47

9.4 Relação das Nomeações Realizadas // 47

10. Conclusão // 48

11. Bibliografia // 50

Palavra da Defensora Geral

A Defensoria Pública, fundamentada pela Constituição Federal como um órgão autônomo, tem reforçado sua atuação por meio do trabalho árduo de defensores, defensoras públicas, servidores, colaboradores e estagiários. Esse corpo técnico não apenas expandiu a sua presença territorial da Defensoria pelo Ceará, como também reconfigurou os atendimentos para melhor atender às necessidades da população cearense. A abertura de novas sedes em áreas estratégicas, tanto na capital quanto no interior do estado, demonstra nosso compromisso em proporcionar acesso facilitado à justiça para todos.

Em termos de infraestrutura e logística, adquirimos um caminhão equipado para o programa Defensoria em Movimento, facilitando o acesso a serviços jurídicos em comunidades distantes. A ampliação de parcerias estratégicas e a reorganização administrativa foram fundamentais para fortalecer nossa capacidade de resposta às demandas da sociedade.

A manutenção e a estruturação da instituição são mantidas também por meio da arrecadação no Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública (Faadep). Este fundo tem sido gerido de forma comprometida, focando no crescimento e na solidez financeira. Medidas para aperfeiçoamento da gestão fiscal incluem a mudança na data de arrecadação do Faadep (instituída por lei aprovada na Assembleia), a busca por débitos cartoriais, uma arrecadação mais efetiva de honorários e emolumentos, além da criação de um setor dedicado à gestão financeira.

Estamos empenhados em implementar projetos e iniciativas que aperfeiçoem o funcionamento da Defensoria, tanto internamente quanto externamente. A tecnologia tem sido uma aliada essencial, com melhorias nos sistemas, mas também contamos com o controle e a gestão fiscal humana, além de estratégias políticas que nos permitem crescer com responsabilidade e segurança. O aumento na arrecadação do Faadep demonstra que nosso planejamento e execução têm sido assertivos.

A Defensoria tem se destacado na promoção da diversidade e inclusão dentro do sistema de justiça. A implementação de políticas inclusivas, como o Orçamento Participativo, que orienta as diretrizes orçamentá-

rias a partir das necessidades da população, reforça nosso compromisso com a igualdade de oportunidades e o respeito à pluralidade da sociedade. Com mais de 1,5 milhão de atendimentos realizados em 103 municípios cearenses, a Defensoria conta com uma equipe de 366 defensores e defensoras estaduais dedicados, comprometidos com a prestação de um serviço de qualidade e com a busca incessante pela justiça social. Reconhecida e respeitada em todas as esferas da sociedade cearense, a Defensoria mantém um diálogo aberto e construtivo com instituições governamentais, não-governamentais e com a comunidade em geral.

À luz dos desafios e conquistas de 2023, a Defensoria Pública do Ceará reafirma seu compromisso em promover a justiça social, a inclusão e o acesso igualitário à justiça para todos os cidadãos cearenses. Olhando para o futuro, continuaremos a expandir nossa presença, fortalecer nossas estruturas de atendimento e nomear novos defensores e defensoras comprometidos com nossa missão de servir e proteger aqueles que mais precisam.

Este relatório não apenas celebra nossas realizações, mas também delinea um caminho claro para o crescimento contínuo e aprimoramento da Defensoria Pública do Ceará, como um símbolo de esperança, justiça e direitos por todo o Estado.

Sâmia Farias

*Defensora pública geral
do Estado do Ceará*



1

Descrição geral, missão, finalidade, competência e estrutura organizacional

1.1. Descrição geral

A criação do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – FAADEP adveio por meio da Lei nº 13.180/2001 com o escopo de destinar os recursos para apoiar em caráter supletivo os programas de trabalho desenvolvidos ou coordenados pela Instituição.

A Lei nº 15.490/2013 alterou o art. 2º da mencionada legislação dispondo o que se compreende como “programas de trabalho desenvolvidos ou coordenados pela Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará”:

“o conjunto de ações relativas à consecução e manutenção das suas atribuições, a realização de despesas correntes, de capital e de custeio, inclusive qualificação e aperfeiçoamento profissional de seus integrantes e servidores, verbas indenizatórias, aparelhamento administrativo, a aquisição de instalações e a ampliação da capacidade de instalação do Órgão e outras aplicações previamente autorizadas pelo Defensor Público-Geral, de interesse da Instituição.” (NR)

A Lei 18.083/2022 alterou o art. 3º da mencionada legislação dispondo que a data de vencimento das guias de recolhimento será definida em Instrução Normativa expedida pelo Defensor Público Geral.

Importante registrar ainda, que a citada Lei 15.490/2013 além de redefinir o “programa de trabalho”, também acrescentou, como fonte de receita, os 5% (cinco por cento) do valor de emolumentos e custas extrajudiciais incidentes sobre todos os atos praticados pelo Serviços Notariais e de Registros.

Assim, após a nova fonte de receita e tendo em vista a necessidade de gerir também a nova fonte de receita, foi editada a Instrução Normativa nº 9/2014, publicada no DOE nº 217, no dia 19 de novembro de 2014, que, passou a prever, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Ceará, o Comitê de Gestão Pública e Acompanhamento Orçamentário e Financeiro (COGAOF).

1.2. Missão e Finalidade

Os recursos do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará - FAADEP se destinam a apoiar em caráter supletivo os programas de trabalho desenvolvidos ou coordenados pela DPGE, agregam um conjunto de ações na consecução de suas atribuições, inclusive pessoal, no que se refere à qualificação profissional.

1.3. Competência

Conforme o artigo 1º e 2º da Lei 13.180 de 26 de dezembro de 2001, o Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará - FAADEP, cujos recursos se destinam a apoiar, em caráter supletivo, os programas de trabalho por ela desenvolvidos ou coordenados.

Consoante já mencionado, compreende-se como programas de trabalho desenvolvidos ou coordenados pela Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará, o conjunto de ações relativas à consecução e manutenção das suas atribuições, a realização de despesas correntes, de capital e de custeio, inclusive qualificação e aperfeiçoamento profissional de seus integrantes e servidores, verbas indenizatórias, aparelhamento administrativo, a aquisição de instalações e a ampliação da capacidade de instalação do Órgão e outras aplicações previamente autorizadas pelo Defensor Público-Geral, de interesse da Instituição.

1.4. Estrutura organizacional

Em 2014 foi editada a Instrução Normativa nº 9/2014, que, passou a prever, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Ceará, o Comitê de Gestão Pública e Acompanhamento Orçamentário e Financeiro (COGAOF)

O art. 4º da Instrução Normativa nº 9/2014, publicada no DOE nº 217, no dia 19 de novembro de 2014, alterada pela IN nº 11/2015, publicada no DOE nº 040, em março de 2015, estabelece que o COGAOF (Comitê de Gestão Pública e Acompanhamento Orçamentário e Financeiro) será composto pelos seguintes membros: I – Secretário Executivo; II – Assessor de Planejamento e Controle; III – Assessor de Desenvolvimento Institucional; IV – Assessor de Projetos; V – Chefe da Assessoria Jurídica da Defensoria Pública; VI - Coordenador Administrativo Financeiro.

O §1º do mesmo dispositivo do referido diploma legal (IN nº 09/2014) define que o COGAOF será coordenado pelo Secretário Executivo da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará.

2

Estratégias e planos de ação, destacando os objetivos e metas físicas e financeiras estabelecidas nos projetos e atividades

2.1. Metodologia

Dentro dos princípios da continuidade administrativa, da impessoalidade e da eficiência manteve-se como ferramenta de gestão estratégica a metodologia dos “Indicadores Balanceados de Desempenho” (“Balanced Scorecard” - BSC).

O BSC, desenvolvido em 1992 pelos professores da Harvard Business School (HBS) Robert Kaplan e David Norton, desdobra os objetivos estratégicos, a visão e a missão da organização em indicadores de desempenho para monitoramento estratégico.

O BSC é estruturado em perspectivas organizacionais que refletem o equilíbrio entre objetivos de curto e longo prazo, entre medidas financeiras e não-financeiras, entre indicadores de tendências e ocorrências, entre as perspectivas interna e externa de desempenho.

Este conjunto abrangente de medidas serve de base para o sistema de medição e gestão estratégica por meio do qual o desempenho organizacional é mensurado de maneira equilibrada sob as quatro perspectivas.

Entretanto, e face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública, revisou-se parcialmente a terminologia original das 4 (quatro) perspectivas adotadas pelo BSC, adotando-se as perspectivas:

- Usuário e Sociedade (perspectiva dos clientes): está intimamente ligada à visão da instituição e a forma com que esta desenvolve relações institucionais com seus usuários e a sociedade em geral. Sua proposta é monitorar a maneira pela qual a instituição entrega o serviço ao usuário e contribui para a sociedade, definindo indicadores de satisfação e trabalhando em cima dos resultados relacionados ao mesmo;
- Estruturante (perspectiva dos processos internos): relaciona-se com a identificação de processos críticos para a realização dos objetivos das demais perspectivas. No presente planejamento foca-se nos processos necessários a plena estruturação dos serviços prestados, em especial a implementação da autonomia, a expansão dos serviços prestados e o aprimoramento da eficiência das práticas administrativas adotadas;

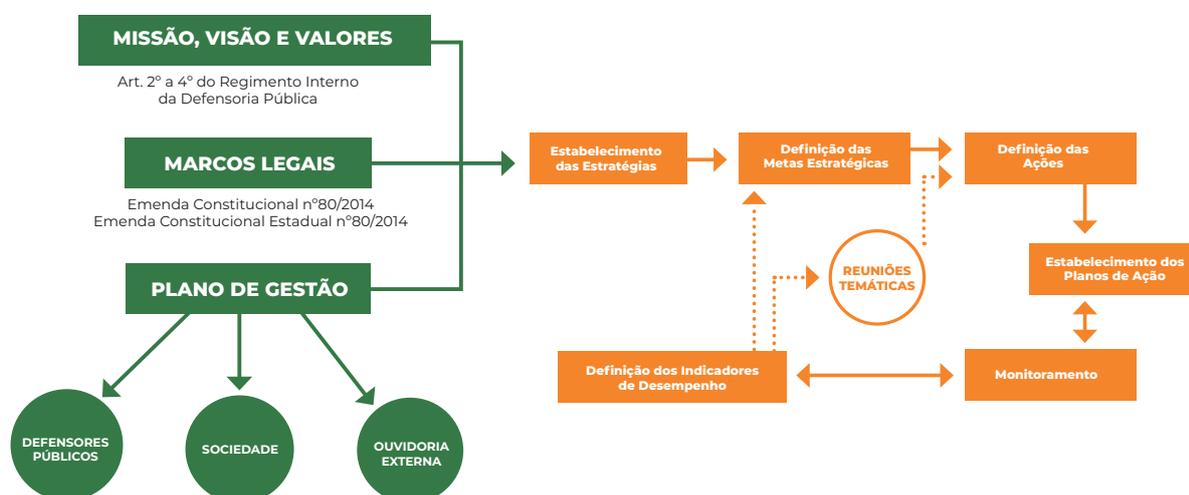
- Desenvolvimento Institucional (perspectiva do aprendizado e crescimento): consiste no desenvolvimento de objetivos e medidas para garantir o desenvolvimento institucional da Defensoria Pública, em especial para o cumprimento da obrigação constitucional de ampliação do acesso à justiça. Liga-se diretamente ao investimento em recursos humanos, sistemas, equipamentos, infraestrutura e capacitação e formação profissional dos seus membros e colaboradores;

- Orçamentária (perspectiva financeira): prestigia tanto a aplicação eficiente e transparente dos recursos financeiros destinados a Defensoria Pública como o incremento das destinações orçamentárias à mesma, de forma a garantir o tratamento isonômico da Defensoria Pública em relação às demais instituições do sistema de justiça.

As perspectivas acima encontram-se inter-relacionadas, estabelecendo-se estratégias, ações e indicadores que assegurem o atingimento dos objetivos traçados.

Conforme orienta o BSC, as estratégias, ações e indicadores foram agrupados, em uma relação de causa e efeito com as perspectivas, em um Mapa Estratégico correlacionado com a Missão, Visão e Valores da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Por fim detalha-se as metas, os resultados esperados, os indicadores de desempenho, os prazos de execução e os responsáveis em uma Matriz de Projetos, Metas e Indicadores.



O resultado final desenvolvido foi o conjunto de Estratégias, Metas, Ações ou Projetos, Planos de Ação e Indicadores que densificaram o presente Plano de Atuação.

2.2. Plano de Atuação

O grande desafio para o presente Plano de Atuação foi a compatibilização entre a Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará (está definida e normatizada pelos artigos 2º ao 4º do Regime Interno da Defensoria Pública do Estado do Ceará), os marcos legais constitucionais (os quais impõem um extenso rol de obrigações à instituição, em particular a expansão de seus serviços como forma de ampliação do acesso à justiça) e o Plano de Gestão construído pela Defensora Pública Geral do Estado por ocasião de seu processo de escolha em conjunto com os demais membros da carreira, sociedade civil e ouvidoria externa.

Em um primeiro momento cortejou-se os marcos legais constitucionais com a própria Identidade Organizacional da Instituição, verificando a necessidade ou não de alguma redefinição desta última face as novas obrigações constitucionais (em especial a autonomia plena e a necessidade de provimento de serviços a todas as unidades jurisdicionais).

Após verificar-se que a plena compatibilidade da atual Identidade Organizacional com as novas obrigações constitucionais, e em consonância com a mesma, o Plano de Gestão retromencionado foi utilizado para a concepção das Estratégias, Ações ou Projetos, Metas e Indicadores apresentadas no presente Plano de Atuação.

Deste ponto insurgiu a necessidade de, face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública bem como os novos desafios trazidos pelas Emendas Constitucionais citadas, revisar parcialmente a terminologia original das 4 (quatro) perspectivas adotadas pelo modelo BSC.



Remodelando-se estas perspectivas organizacionais, as estratégias e metas foram desenvolvidas conforme as diretrizes essenciais do Plano de Gestão, gerando-se então o Mapa Estratégico da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Por último, e para a concretização de cada estratégia, concebeu-se ações operacionais a esta associada. Cada ação, por sua vez, possui indicadores de desempenho, prazos de execução e responsáveis; sendo a mesma detalhada através de um plano de ação e o cronograma a este associado

2.3. Identidade Organizacional

A Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará, definida nos artigos 2º ao 4º de seu Regimento Interno, refletindo-se em três aspectos:

- **Missão:** é, em essência, o propósito da organização;
- **Visão:** é a direção ou caminho que a instituição pretende percorrer, ou ainda, é o local que a instituição pretende alcançar dentro da sociedade;
- **Valores:** são os princípios comportamentais que a instituição e os seus membros devem adotar no cotidiano de atuação.

Em nome da unidade deste Plano de Atuação, detalha-se a Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará:

MISSÃO (art. 2º, RI DPGE)	Promover a assistência jurídica integral e gratuita a todos os necessitados, prestando serviço público eficiente e eficaz.
VISÃO (art. 3º, RI DPGE)	Consolidar-se como instituição de excelência, reconhecida e valorizada por toda a sociedade como essencial ao sistema de justiça.
VALORES (art. 4º, RI DPGE)	<p>Legalidade, Impessoalidade e Moralidade: obedecer aos princípios constitucionais regentes da Administração Pública, notadamente ao que concerne ao zelo pelo interesse público, pela probidade e pela moralidade administrativas;</p> <p>Eficiência e Eficácia: prestar serviço em grau de excelência à população, buscando cumprir seus objetivos institucionais, de forma plena e efetiva;</p> <p>Transparência e Publicidade: praticar os atos com visibilidade, aprimorando os canais de comunicação;</p> <p>Cooperação: trabalhar em equipe, compartilhando responsabilidades e resultados;</p> <p>Ética: agir com integridade e higidez moral em todas as ações e relações institucionais;</p> <p>Responsabilidade Socioambiental: adotar padrões de responsabilidade socioambiental nas ações cotidianas;</p> <p>Inovação: permanente processo de reinvenção das rotinas de trabalho para otimizar os recursos disponíveis;</p> <p>Modernização: adotar modelos de gestão administrativos atuais para alcançar a missão institucional.</p>

Fonte: Planejamento Estratégico 2022-2023

2.4. Estratégias

As estratégias concebidas para o biênio 2022-2023 além de orientarem a Defensoria Pública do Estado do Ceará no cumprimento de sua Missão, buscarão também direcionar a instituição para o cumprimento das obrigações constitucionais trazidas pelas emendas constitucionais já retromencionadas, em especial a implementação da plena autonomia e o amplo acesso à justiça.

Organizou-se as estratégias segundo interconexões de causa e efeito destas com a Missão e Visão da Defensoria Pública do Estado do Ceará, resultando ao final na confecção do Mapa Estratégico do presente plano.

Houve, em relação aos planejamento anteriores, uma racionalização da quantidade de estratégias adotadas, gerando tanto uma maior eficiência no entendimento do planejamento como uma potencialização da sinergia entre as ações associadas.

Criou-se uma simbologia própria para cada estratégia, que refletiu-se na composição da Matriz de Ações, Metas e Indicadores, criando-se desta forma uma clara correlação entre a estratégia e a ação planejada.

Destaca-se ainda que, assim como nos demais biênios contemplados pelo plano de atuação, a Perspectiva Orçamentária (perspectiva financeira) consubstancia-se no pilar central para a execução do planejamento adotado; perpassando todas as demais perspectivas e sendo condição lógica básica das mesmas.

Apresenta-se a seguir o Mapa Estratégico concebido para o Plano de Atuação 2022-2023:

MISSÃO

Promover a assistência jurídica integral e gratuita a todos os necessitados, prestando serviço público eficiente e eficaz.

VISÃO

Consolidar-se como instituição de excelência, reconhecida e valorizada por toda a sociedade como essencial ao Sistema de Justiça.

Usuário e Sociedade

Perspectiva do cliente

- Atender com eficiência, eficácia e qualidade

- Estimular a participação popular na gestão da instituição

- Aprimorar a transparência administrativa

Estruturante

Perspectiva dos processos internos

- Desenvolver estruturas próprias ao exercício da autonomia financeira e administrativa

- Ampliar a infraestrutura das unidades localizadas no interior

- Incrementar o parque tecnológico e os sistemas legados

Desenvolvimento Institucional

Perspectiva de aprendizado e crescimento

- Expandir a presença da DPGE nas unidades jurisdicionais

- Fomentar a capacitação contínua de membros e colaboradores

- Dinamizar a comunicação interna

Orçamentária

Perspectiva Financeira

- Utilizar de forma eficiente os recursos alocados

- Exercitar a autonomia financeira na gestão e elaboração do orçamento

- Desonerar o custeio da instituição oriundo de fonte própria

2.5. Matriz de Projetos, Metas e Indicadores

Do Mapa Estratégico montado extraiu-se as 61 (sessenta e um) Ações ou Projetos que implementarão as estratégias concebidas. Frisa-se que muitas ações ou projetos tem caráter transversal, ou seja, sua realização impacta uma ou mais das estratégias elaboradas.

Por sua vez cada Ação ou Projeto encontra-se associado a um Plano de Ação, o qual detalha as etapas e atividades a serem desenvolvidas, as metas, os resultados esperados, os indicadores de desempenho, os prazos de execução e os responsáveis pela ação. Por fim o conjunto destas informações é utilizado no monitoramento do Plano de Atuação.

Destaca-se ainda a racionalização dos indicadores de desempenho, os quais foram agrupados em categorias segundo a forma de cálculo dos mesmos; procedimento este que geram uma melhor compreensão do seu funcionamento e portanto otimizando os processos de monitoramento.

Ademais, e considerando a transversalidade das Ações ou Projetos com as Estratégias, criou-se indicadores de desempenho para cada Estratégia considerando-se a intensidade do impacto de cada Ação ou Projeto para a estratégia considerada.

Por fim criou-se um indicativo de desempenho para cada perspectiva considerada no Plano de Atuação, este resultante na média dos indicadores de desempenho das Estratégias associadas a cada perspectiva.

Tabela 1 - MATRIZ DE INDICADORES E MONITORAMENTO DOS PROJETOS PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DPGE 2022-2023

N.	Projeto	Resp.	Ind	Meta	Estratégia	% Exec.
1	Concluir o processo da isonomia plena	DPGE	IEC	Concluir o processo da isonomia plena	OR2 DI1	100%
2	Continuar ampliando o orçamento da DP	DPGE	ICO	Aumentar os recursos disponíveis na LOA 2023	OR2 OR3	100%
3	Continuar aumentando a arrecadação do FAADEP	DPGE	IEC	Implementar ações com o objetivo de aumentar a arrecadação	OR3	100%
4	Ampliação do quadro de apoio administrativo	DPGE	IEC	Realizar contratação de colaboradores, estagiários de nível superior e pós graduados	DI1 US1	100%

5	Manter o exercício da autonomia processual	ASJUR	IEC	Realizar o exercício da autonomia processual	ES1	100%
6	Avançar no processo de desoneração do FAADEP, com ampliação dos recursos do Tesouro Estadual	DPGE	IEC	Desonerar as despesas do FAADEP, com ampliação dos recursos do Tesouro Estadual	OR3	100%
7	Aumentar a quantidade de cargos defensoriais	DPGE	ICO	Enviar Projeto de Lei para Assembleia Legislativa para aumentar a quantidade de cargos defensoriais	DI1	100%
8	Realizar concurso público e nomear mais defensores	DPGE	IEC	Concluir concurso público	ES2 DI1 US1	100%
9	Ampliar os Núcleos Defensoriais no interior do Estado	CDI	IEC	Implantar Núcleos Defensoriais no interior do Estado	ES2 DI1	100%
10	Fortalecer a mediação comunitária com ampliação da quantidade de mediadores(as)	ARINS	IPE	Ampliar a quantidade de mediadores	US2 US1	100%
11	Alterar a Lei do Plantão para a atuação defensorial nos feriados	DPGE	ICO	Envio de Projeto de Lei	DI1	100%
12	Continuar fortalecendo a comunicação interna	ASCOM	IEC	Fortalecer a comunicação interna	DI3	100%
13	Atuação de defensores para auxiliar na área criminal	CDC/CDI	IEC	Disponibilizar defensores para auxiliar na área criminal	DI1	83%
14	Atuação de defensores para auxiliar na área de família	CDC/CDI	IEC	Disponibilizar defensores para auxiliar na área da família	DI1	100%
15	Conclusão do projeto de virtualização dos processos administrativos	COTIN	IEC	Implantar Sistema de Virtualização de Processos Administrativos	US3 ES1	100%
16	Disponibilizar o Auxílio Saúde para Defensores e Servidores	DPGE	ICO	Implantar o Auxílio Saúde	DI2	100%
17	Disponibilizar a Atividade Cumulativa	DPGE	ICO	Implantar a Atividade Cumulativa	DI1 US2	100%
18	Incluir a substituição automática na legislação da atividade cumulativa	DPGE	IEC	Envio de Projeto de Lei	DI1 OR2	0%
19	Implementar a conversão de 1/3 (um terço) do período de usufruto das férias em abono pecuniário	DPGE	ICO	Implantar a conversão de 1/3 (um terço) do período de usufruto das férias em abono pecuniário	OR1	100%

20	Implementar o estágio de pós-graduação (residentes jurídicos)	NUEST	ICO	Contratar estagiários de pós-graduação (residentes jurídicos)	DI1 ES2 US1	100%
21	Aumentar o número de estagiários de graduação	NUEST	IEC	Contratar estagiários de Graduação	OR1 US1	100%
22	Realizar posses populares de Defensoras e Defensores junto às comunidades	ARINS	IEC	Manter a posse popular de Defensoras e Defensores, Membros do Conselho e Defensor Geral junto às comunidades	US2	100%
23	Articular a criação de uma revista das Defensorias Públicas do Nordeste	ESDP	IEC	Formar grupo de trabalho entre as Defensorias Públicas da Região Nordeste	DI2	0%
24	Interiorizar a ESDP	ESDP	IEC	Interiorizar a ESDP	DI2 ES2	100%
25	Disponibilizar Plataforma Moodle - Sistema EAD na Defensoria Pública do Estado do Ceará	ESDP	IEC	Implantar a Plataforma Moodle - Sistema EAD na Defensoria Pública do Estado do Ceará	DI2	100%
26	Desenvolver o projeto Defensores Populares	ESDP	IEC	Implantar o projeto Defensores Populares	US2	100%
27	Iniciar o procedimento para organização do arquivo e do expurgo de documentos no âmbito da Defensoria Pública	ESDP	IEC	Iniciar o procedimento para organização do arquivo e do expurgo de documentos no âmbito da Defensoria Pública	OR1 US3	100%
28	Criar o Portal da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Ceará contendo diversos links para acessos à EAD, artigos, informações, cursos, dentre outros	ESDP	IEC	Implantar o Portal da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Ceará	DI2 DI3	100%
29	Expandir o intercâmbio de projetos e experiências exitosas entre as Defensorias Públicas	ESDP	IEC	Realizar o intercâmbio de projetos e experiências exitosas entre as Defensorias Públicas	DI2	100%
30	Ampliar o número de sedes da Defensoria e promover reformas e melhorias nas já existentes	ASPLAC	IEC	Realizar ampliação da quantidade de sedes e promover melhorias nas já existentes	ES2	100%
31	Concluir a obra da Nova sede do João XXIII	ASPLAC	IEC	Finalizar a obra da Nova sede do João XXIII	ES2	100%

32	Continuar atuação na defesa das garantias e das prerrogativas defensoriais	SEXEC	IEC	Realizar atuações na defesa das garantias e das prerrogativas defensoriais	ES1	100%
33	Implementar a atuação na defesa da mulher nas Casas da Mulher Cearense no interior do Estado do Ceará	CDI	IEC	Implantar a atuação na defesa da mulher nas Casas da Mulher Cearense no interior do Estado	ES2 DI1	100%
34	Aprimorar os meios de comunicação entre os Defensores Públicos	CDC/CDI	IEC	Melhorar os meios de comunicação entre os Defensores Públicos	DI3	100%
35	Continuar, aperfeiçoar e ampliar as reuniões setorizadas para planejamento de ações	CDC/CDI	IEC	Realizar reuniões setorizadas para planejamento de ações	DI3 US3	100%
36	Aperfeiçoar Grupo de Descongestionamento para demandas de férias	CDC/CDI	IEC	Aperfeiçoar Grupo de Descongestionamento para demandas de férias	US1 OR1	100%
37	Criar Grupo de Descongestionamento para demandas gerais	CDC/CDI	IEC	Implantar Grupo de Descongestionamento para demandas gerais	US1 OR1	100%
38	Criar Grupo de Descongestionamento para atuação na Defensoria Cível	CDC/CDI	IEC	Implantar Grupo de Descongestionamento para atuação na Defensoria Cível	US1 OR1	100%
39	Aprimorar o Projeto Defensoria em Movimento	ARINS	IEC	Fortalecer o Projeto Defensoria em Movimento, com vistas ao atendimento descentralizado de comunidades vulneráveis	US1 US2	100%
40	Remunerar a atuação no Defensoria em Movimento	ARINS	IEC	Remunerar a atuação no Defensoria em Movimento	OR1	100%
41	Ampliar uso da Inteligência Artificial em mais sistemas defensoriais	COTIN	IEC	Implantar o uso da Inteligência Artificial em mais sistemas defensoriais	ES3	100%
42	Aperfeiçoar a gestão e Governança de TI	COTIN	IEC	Implantar nova gestão e Governança de TI	ES3	100%
43	Central Integrada de Atendimento da Defensoria	COTIN	IEC	Implantação do Sistema Mchat	DI1	67%

44	Adequar os sistemas da Defensoria a LGPD	COTIN	IEC	Contratar consultoria externa e adotar as melhorias sugeridas	ES3	67%
45	Aperfeiçoar os sistemas de arrecadação de honorários e custas	COTIN	IEC	Melhorar os sistemas de arrecadação de honorários e custas	ES3 OR3	100%
46	Aprimorar o aplicativo Nossa Defensoria	COTIN	IEC	Integração do SIC, do SIPA, do Sistema de Atividades Cumulativas, Sistema Gerador de Documentos, Sistema Gerador de Petições e do Sistema Calculadora de Penas	US1 ES3	83%
47	Implantar sistema de arrecadação de cartórios	COTIN	IEC	Implantar sistema de arrecadação de cartórios	ES3 OR3	100%
48	Aperfeiçoar o Sistema das IES	DPGE	IEC	Melhorar o Sistema das IES	US1 ES3	100%
49	Aperfeiçoar o sistema de Folha de Pagamento	COTIN	IEC	Implantar novo sistema de Folha de Pagamento	ES3	25%
50	Disponibilizar e-mail responsivo com agenda	COTIN	IEC	Implantar e-mail responsivo com agenda	ES3	100%
51	Implantação de sistema para divulgação e comunicações oficiais da administração	SEXEC	IEC	Implantação do Diário Público da Defensoria Pública do Estado do Ceará	DI3	100%
52	Reformular a Intranet da Defensoria Pública	COTIN	IEC	Implantar nova Intranet da Defensoria Pública	ES3	100%
53	Disponibilizar novo Sistema de Gestão Orçamentária, Financeiro, Planejamento e Controle na Defensoria	ADINS	IEC	Implantar novo Sistema de Gestão Orçamentária, Financeiro, Planejamento e Controle na Defensoria	OR1 ES3	100%
54	Fortalecer o processo de democratização da justiça e continuar a participação no Fórum de Justiça	ARINS	IEC	Fortalecer a atuação da Defensoria no Fórum de Justiça	US2	100%
55	Fortalecer a atuação institucional da Defensoria Pública com a manutenção e ampliação de convênios e parcerias com entidades estratégicas	SEXEC	IEC	Realizar a manutenção e ampliação de convênios e parcerias com entidades estratégicas	OR1	100%

56	Aprimorar os mecanismos de disponibilização de estudantes para o estágio multidisciplinar (Direito, Psicologia, Assistência Social, Comunicação, Informática entre outros) resultantes das parcerias com as Instituições de Ensino Superior	NUEST	IEC	Melhorar os mecanismos de disponibilização de estudantes para o estágio multidisciplinar (Direito, Psicologia, Assistência Social, Comunicação, Informática entre outros) resultantes das parcerias com as Instituições de Ensino Superior	US1	100%
57	Promover o crescimento institucional da Defensoria Pública nas Américas por meio de fortalecimento do intercâmbio com as demais Defensorias Públicas estaduais, DPU e Interamericana	ARINS	IEC	Realizar intercâmbio com as demais Defensorias Públicas estaduais, DPU e Interamericana	DI2 OR1	67%
58	Trazar mais qualidade ao dia a dia da Defensora e do Defensor Público por meio da ampliação dos convênios com as Prefeituras do interior do Estado	CDI	IEC	Ampliar a celebração de convênios com as Prefeituras do interior do Estado do Ceará	US1	100%
59	Atualização da legislação da Corregedoria	DPGE	IEC	Enviar de Projeto de Lei	US3	50%
60	Realizar novas promoções	DPGE	IEC	Realizar promoções na carreira	US1 OR2	100%
61	Envio Projeto de Lei referente a Ajuda de Custo por Assunção de Acervo Processual	DPGE	IEC	Enviar de Projeto de Lei	US1 OR2	0%
Percentual médio de execução						91,12%

Fonte: Planejamento Estratégico 2022-2023 e DASHBOARD de Dezembro de 2023

SIGLAS:

ADINS - Assessoria de Desenvolvimento Institucional

ARINS - Assessoria de Relacionamento Institucional

ASCOM - Assessoria de Comunicação

ASJUR – Assessoria Jurídica

ASPLAC - Assessoria de Planejamento e Controle

CDC - Coordenadoria das Defensorias da Capital

CDI - Coordenadoria das Defensorias do Interior

COTIN - Coordenadoria de Tecnologia da Informação

DPGE - Defensoria Pública Geral do Estado

ESDP - Escola Superior da Defensoria Pública

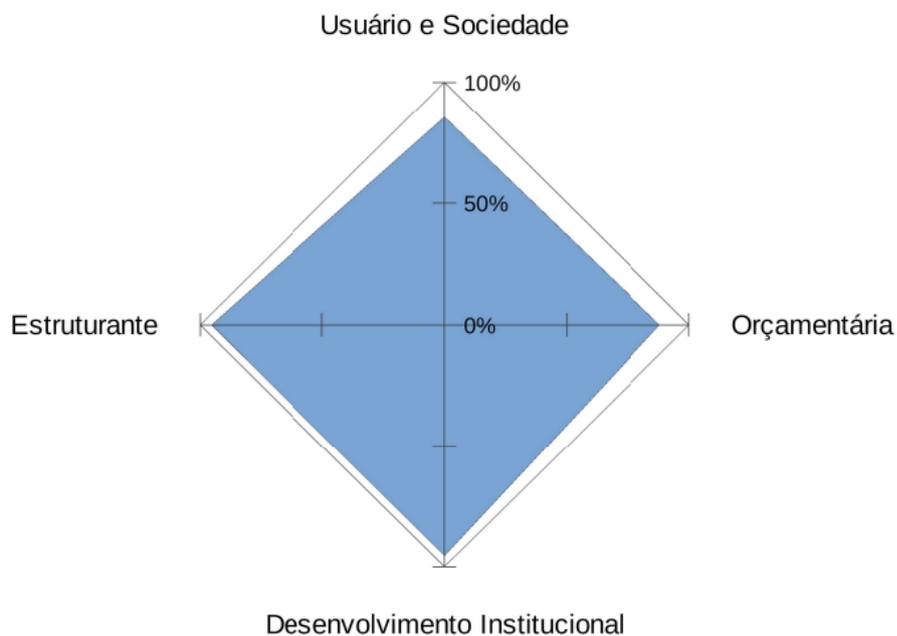
NUEST - Núcleo de Estágio

ICO - Índice de Conclusão Objetiva

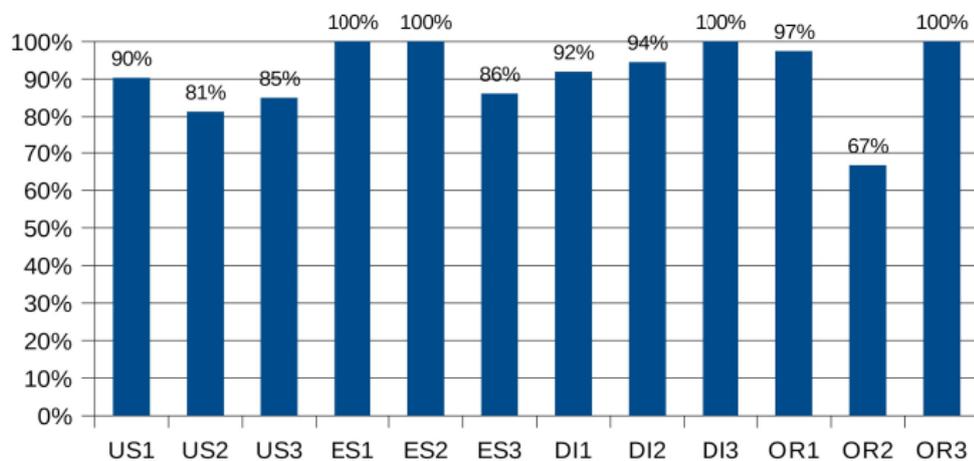
IEC - Índice de Etapa Concluída

IPE - Índice Percentual

De acordo com o desenvolvimento dos projetos é realizado um acompanhamento das perspectivas do BalancedScoreCard (BSC):



ESTRATÉGIAS



2.6. Orçamento Participativo

O art. 4º da PLDO estabelece que a elaboração da Lei Orçamentária Anual, bem como sua execução, será pautada na premissa da participação cidadã, prevista no Plano Plurianual 2020-2023.

Considerando esse princípio, no ano de 2023, com o intuito de aproximar-se cada vez mais da sociedade civil, estimular a consciência cidadã, a educação em direitos, ampliar os processos democráticos no sistema de justiça, bem como identificar e priorizar ações/propostas que traduzam o desejo da população cearense mais vulnerabilizada, proporcionando melhor qualidade e eficiência nos seus serviços, a Defensoria Pública do Estado do Ceará, em atuação pioneira, realizou o VIII Orçamento Participativo da Instituição, abrindo o Planejamento de 2024 aos seus assistidos(as).

Na fase de Consulta Pública, considerada essencial, por se tratar do ponto de partida para coleta das propostas, a sociedade civil pode opinar de forma aberta sobre quais ações deveriam ser priorizadas pela gestão do órgão. O Formulário, disponibilizado em formato online, através de formulário Google, permitiu que os participantes sugerissem sobre diversas temáticas: população LGBTQIAP+, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, políticas sobre drogas, juventude, pessoa idosa, sistema carcerário, igualdade racial, gênero e direito das mulheres, pessoas em situação de rua, comunidades e povos tradicionais, direitos humanos etc. Nessa oportunidade obtivemos 713 manifestações em 45 dias, totalizando quase 1820 sugestões.

A fase seguinte a consulta, realizam-se as audiências públicas. Em 2023 o ciclo iniciou com a audiência pública do Sertão de Sobral e regiões e contou com a participação de 118 pessoas, sobretudo pessoas de terreiro, negros e negras, pessoas da população LGBTQIA+, movimento de mulheres, dentre outros(as). Posteriormente, foi realizada a Audiência Pública das Regiões Litoral Leste e Vale do Jaguaribe, em Aracati, no 13 de abril de 2023, com a participação de 149 pessoas. No dia 20 de abril de 2023 realizou-se a oitava das pessoas residentes nas Regiões do Sertão Central e Sertão de Canindé no município de Quixadá, 26 assistidos e assistidas estiveram no auditório da Faculdade Católica Rainha do Sertão. Em 04 de maio de 2023 foi a vez da Audiência Pública das Regiões Centro-sul e Cariri, no auditório da Universidade Regional do Cariri, município de Crato e contamos com 102 participantes. A audiência pública do Orçamento Participativo dos Sertões dos Inhamuns aconteceu em 11 de maio de 2023 no município de Tauá com 63 pessoas e, por fim, no dia 24 de maio de 2023, foi realizada a última audiência pública do Orçamento Participativo no município de Redenção, no auditório da UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e, nesta ocasião 69 pessoas puderam participar indicando quais as propostas devem ser priorizadas pelo Orçamento da Defensoria.

Importante frisar que as propostas elencadas em consulta pública foram condensadas em um formulário com 20 propostas a serem discutidas com a população, reforçando a imprescindibilidade da participação política, proporcionando uma compreensão mais efetiva das necessidades da ampla parcela da população que depende dos serviços da Defensoria Pública para ter acesso ao Judiciário e a outros mecanismos de promoção de acesso à Justiça.

Vale salientar que a Defensoria Pública do Ceará é a primeira Instituição do Sistema de Justiça Cearense a abrir suas portas para a construção coletiva de suas políticas e ações. O orçamento anual da Instituição representa uma importante ferramenta para a concretização desta política participativa, quando aos cidadãos é dada a prerrogativa de participar de maneira efetiva das destinações das metas e ações.

Dessa forma, quando da elaboração da PLOA, foram consolidadas as demandas trazidas pela população cearense durante a realização do Orçamento Participativo (Assinalado nas planilhas como OP), através das seguintes ações:

PROPOSTA	%
01. Fortalecimento do projeto Defensoria em Movimento, devendo atender mensalmente e em todas as regiões do Estado do Ceará, sobretudo as cidades que ainda não tem núcleo de atendimento da Defensoria	81,7
02. Ampliar o número de Defensores, através de novos concursos públicos, de modo a atender todos os municípios do Estado, inclusive Comarcas Vinculadas.	73,9
03. Atuar mais eficientemente no Sistema Carcerário de modo a garantir os direitos de pessoas em situação de cárcere, garantir visitas, inspeções com periodicidade e diminuir superlotação.	46,1
04. Melhoria na infraestrutura dos Núcleos de Atendimento localizados no interior do Ceará, considerando a acessibilidade para a pessoa com deficiência, melhorar a comunicação visual, melhorar os espaços de acolhimento/triagem, implantar brinquedoteca e estruturar os banheiros com fraldários.	77,5
05. Fortalecer a descentralização da Defensoria Pública do Estado do Ceará, garantindo núcleos nos bairros com menor IDH.	58,1
06. Fortalecer e melhorar a estrutura do Núcleo do Idoso da Defensoria Pública do Estado do Ceará, tendo em vista o aumento da demanda e a necessidade de qualidade de atendimento a esse público.	66,9

07. Interiorização do Núcleo de Defesa da Saúde – NUDESA, com atuação na macrorregião de Sobral.	36,9
08. Investir em tecnologia de informação para criação de tecnologias para agilizar rotinas e procedimentos.	58,1
09. Ampliar dias e horários do atendimento presencial da Defensoria, sobretudo no interior do Estado.	70,3
10. Criar GT para acompanhamento das questões fundiárias, luta pela terra e território dos Povos e Comunidades Tradicionais do Ceará.	71,7
11. Fortalecimento da CJR (Justiça Restaurativa).	44,4
12. Melhoria dos canais de atendimento aos assistidos (129, Dona Dedé, telefones, WhatsApp e e-mails), mais atendentes pelo telefone (disponibilidade de mais colaboradores para encaminhamento das demandas).	52,2
13. Melhoria da localização do NUDEP e NUAPP de Fortaleza, tendo ser difícil acesso para população.	36,7
14. Garantir atendimento presencial nos núcleos, considerando pessoas em situação de vulnerabilidade digital.	70
15. Garantir atendimento das pessoas em situação de rua, inclusive fazendo com que a Defensoria se aproxime mais dos serviços de atendimento/acolhimento, como CRAS, CENTROS POP's, etc.	79,4
16. Elaboração de material informativo e formativo (cartilhas), bem como realização de palestras, rodas de conversa sobre o enfrentamento ao racismo para o público interno e externo da Defensoria Pública do Estado.	57,5
17. Realização do II Mutirão de Retificação de Pessoas Trans e Travestis.	51,1
18. Elaboração do curso de formação em Direitos para as Comunidades Tradicionais do interior do Estado do Ceará.	69,4
19. Fortalecer e interiorizar a REDE ACOLHE.	50
20. Garantir programa de acompanhamento multidisciplinar de mulheres que pedem desistência de medidas protetivas de urgência.	75,3



Realizado entre janeiro e maio deste ano, o oitavo ciclo do Orçamento Participativo da Defensoria Pública do Ceará registrou aumento de 36% no envolvimento da população em relação à edição de 2022. Isso significa que mais gente opinou sobre os rumos que a instituição deve seguir e ajudou a definir as prioridades orçamentárias e sociopolíticas da DPCE.

No ano de 2022, 386 pessoas compareceram às audiências do OP no Litoral Leste/Vale do Jaguaribe, no Litoral Oeste/Sertão de Sobral/Litoral Norte/Serra de Ibiapaba, no Centro Sul/Cariri, no Sertão Central/Sertão de Canindé, no Sertão dos Inhamuns e na Grande Fortaleza/Maciço de Baturité. Em 2023, o público foi de 527 pessoas nas audiências promovidas em Sobral, Aracati, Quixadá, Crato, Tauá e Redenção.



3

Recursos orçamentários e financeiros, indicando suas fontes, recursos patrimoniais, infraestrutura e quadro de pessoal

3.1. Fontes

A fonte existente no orçamento de 2023 do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará é:

a) 70 – Recursos Diretamente Arrecadados: Responsável pelas despesas de custeio e alguns investimentos;

Os recursos do FAADEP são oriundos de 12% do FERMOJU e pelos 5% do EMOLUMENTOS, previstos no art. 3º, da Lei 12.642, de 4 de dezembro de 1996, e Lei 14.247, de 19 de novembro de 2008 e pela Lei nº 15.490, de 27 de dezembro de 2013, estabelece a forma de repasse de 5% (cinco por cento) do valor de emolumentos e custas extrajudiciais incidentes sobre todos os atos praticados pelos Serviços Notariais e de Registros, a ser recolhido pelos respectivos Delegatários dos Serviços Notariais e Registrais ao Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – FAADEP.

O FERMOJU (Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará) é um órgão do Poder Judiciário criado por Lei e quem tem como Unidade Gestora a Secretaria de Finanças do TJCE. Suas ações são amparadas por Lei e Normas Administrativas.

Através do recolhimento das taxas, sejam elas judiciais (ex. custas processuais) ou extrajudiciais (ex. emolumentos extrajudiciais), o FERMOJU promove a Modernização e o Reaparelhamento do Poder Judiciário do Estado do Ceará, permitindo, assim, à sociedade o acesso mais justo e democrático a este Poder. (Fonte: <https://www.tjce.jus.br/fermoju/> em 21/06/2024 às 14:54)

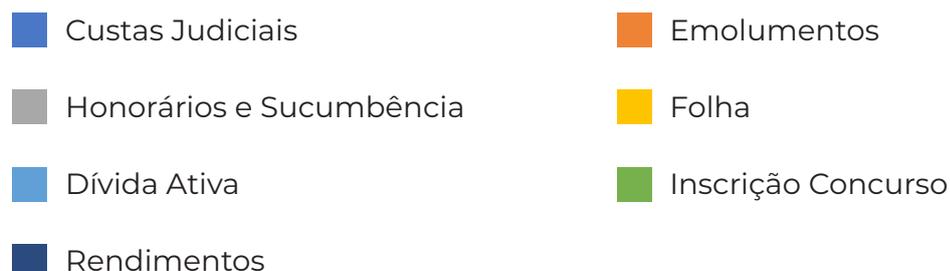
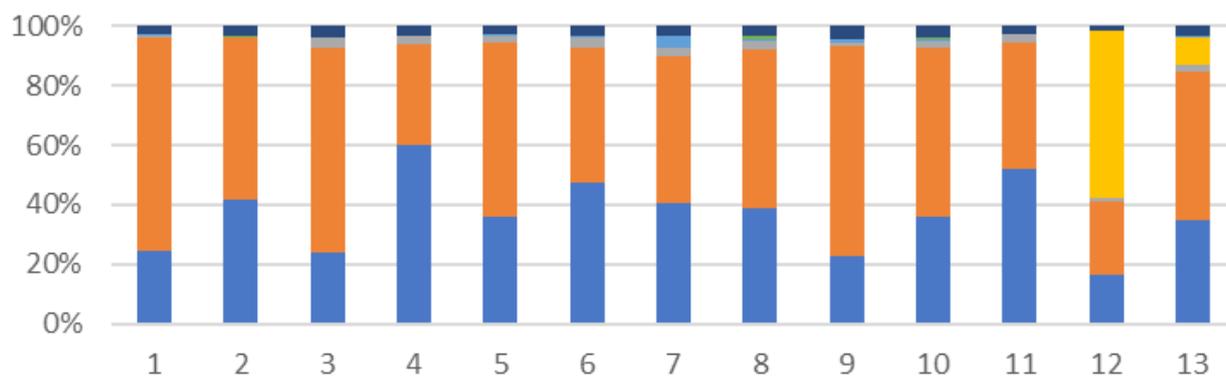
Tabela 2 - QUADRO DE FONTES

Cód.	Descrição	Lei	Lei+Crédito (L)	Empenhado (E)	% E/L
1.759	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	33.000.000,00	33.000.000,00	31.429.686,73	95,24
2.759	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	8.500.000,00	6.339.747,04	74,59
TOTAL		33.000.000,00	41.500.000,00	37.769.433,77	91,01

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20240423155636\[lpisupe4e4ch23lpn15ppko\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20240423155636[lpisupe4e4ch23lpn15ppko].PDF) em 23/04/2024 às 15:41

Os recursos orçamentários do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará – FAADEP, constarão no orçamento geral do Estado do Ceará. O Fundo contribuiu com o valor de R\$ 44.924.623,00, sendo R\$ 15.654.765,78 referentes ao FERMOJU, R\$ 22.383.135,07 referente aos EMOLUMENTOS, R\$ 1.039.413,79 referente aos HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA, R\$ 4.165.185,40 referente a Folha, R\$ 234.191,11 referente a DÍVIDA ATIVA, R\$ 94.681,00 referente a Inscrição em Concurso e R\$ 1.353.250,85 referente a REDIMENTOS.

ARRECADAÇÃO POR FONTE



Fonte: Gerência Financeira DPGE em 08/01/2024

Tabela 3 - ARRECADAÇÃO MENSAL FAADEP (FERMOJU, EMOLUMENTO, HONORÁRIOS e SUCUMBÊNCIA, OUTRAS RECEITAS E RENDIMENTOS)

Fonte por mês	Custas Judiciais	Emolumentos	Honorários e Sucumbência	Folha	Dívida Ativa	Inscrição Concurso	Rendimentos	Total
Janeiro	874.055,00	2.585.143,33	24.544,84	0,00	10.070,19	3.827,00	97.117,68	3.594.758,04
Fevereiro	1.281.245,68	1.678.501,24	2.321,33	0,00	3.683,63	22.725,00	97.683,73	3.086.160,61
Março	759.744,56	2.220.733,15	113.631,68	0,00	4.502,59	0,00	119.942,64	3.218.554,62
Abril	1.758.099,79	997.871,94	79.493,68	0,00	5.333,35	0,00	95.843,42	2.936.642,18
Mai	1.466.586,65	2.365.184,52	99.941,36	0,00	14.283,36	0,00	115.257,72	4.061.253,61
Junho	1.600.519,73	1.538.349,43	125.081,20	0,00	7.424,43	2.790,00	112.686,99	3.386.851,78
Julho	1.488.651,63	1.816.978,13	103.317,49	0,00	131.471,83	12.690,00	115.285,43	3.668.394,51
Agosto	1.436.165,06	2.006.377,98	109.908,11	0,00	7.991,27	38.150,00	131.958,44	3.730.550,86
Setembro	615.073,90	1.913.484,09	37.964,16	0,00	22.091,43	3.660,00	121.801,73	2.714.075,31
Outubro	1.085.307,31	1.744.173,70	67.618,68	0,00	14.672,11	11.010,00	122.499,83	3.045.281,63
Novembro	2.118.359,50	1.726.677,36	106.589,15	0,00	4.001,47	0,00	110.807,19	4.066.434,67
Dezembro	1.231.731,58	1.789.660,20	86.796,58	4.165.185,40	9.912,03	0,00	112.366,05	7.395.651,84
Total:	15.715.540,39	22.383.135,07	957.208,26	4.165.185,40	235.437,69	94.852,00	1.353.250,85	44.904.609,66

Fonte: Gerência Financeira DPGE em 08/01/2024

4

Execução de programas de governo, projetos e atividades privilegiando os resultados alcançados, com indicação dos recursos orçamentários e financeiros utilizados

4.1. Execução dos programas de governo

A fonte existente no orçamento de 2023 do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará é:

Tabela 4 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Cód.	Descrição	Lei+Crédito (L)	Empenhado (E)	% E/L
211	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	35.538.500,00	32.444.995,80	91,30
511	PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	5.961.500,00	5.324.437,97	89,31
TOTAL		41.500.000,00	37.769.433,77	91,01

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20240507141043\[ebzunigc330pg15auqmpohta\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20240507141043[ebzunigc330pg15auqmpohta].PDF) em 07/05/2024 às 14:10

Tabela 5 - RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Cód.	Descrição	Empenhado (E)	Pago (P)	% P/L
211	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	32.444.995,80	30.227.104,03	93,16
511	PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	5.324.437,97	5.260.072,48	98,79
TOTAL		37.769.433,77	35.487.176,51	93,95

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20240507141043\[ebzunigc330pg15auqmpohta\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20240507141043[ebzunigc330pg15auqmpohta].PDF) em 07/05/2024 às 14:10

4.2. Execução dos projetos e atividades

O detalhamento da despesa em questão, em nível de elemento de despesa, projeto atividade e projeto de investimento, encontra-se nos quadros abaixo.

211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ

Tabela 8 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 211

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Lei+Crédito (L)	Empenhado (E)	% E/L
211	20265	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - FAADEP.	35.195.500,00	32.272.416,67	91,69
211	20846	MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - FAADEP	298.000,00	154.189,03	51,74
211	21242	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - FAADEP	45.000,00	18.390,10	40,87
TOTAL			35.538.500,00	32.444.995,80	91,30

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/re_l_20240507141043\[ebzunigc330pg15auqmpohta\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/re_l_20240507141043[ebzunigc330pg15auqmpohta].PDF) em 07/05/2024 às 14:10

Tabela 9 - RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 211

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Empenhado (E)	Pago (P)	% P/E
211	20265	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - FAADEP.	32.272.416,67	30.098.312,57	93,26
211	20846	MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - FAADEP	154.189,03	110.401,36	71,60
211	21242	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - FAADEP	18.390,10	18.390,10	100,00
TOTAL			32.444.995,80	30.227.104,03	93,16

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/re_l_20240507143704\[ebzunigc330pg15auqmpohta\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/re_l_20240507143704[ebzunigc330pg15auqmpohta].PDF) em 07/05/2024 às 14:37

511 - PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA

Tabela 10 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 511

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Lei+Crédito (L)	Empenhado (E)	% E/L
511	20101	PROMOÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA - FAADEP	5.516.000,00	5.098.226,72	92,43
511	20102	PROMOÇÃO DA MELHORIA CONTÍNUA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	445.500,00	226.211,25	50,78
TOTAL			5.961.500,00	5.324.437,97	89,31

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/relel_20240507143704\[ebzunigc330pg15auqmpohta\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/relel_20240507143704[ebzunigc330pg15auqmpohta].PDF) em 07/05/2024 às 14:37

Tabela 11 - RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 511

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Empenhado (E)	Pago (P)	% P/E
511	20101	PROMOÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA - FAADEP	5.098.226,72	5.048.625,03	99,02
511	20102	PROMOÇÃO DA MELHORIA CONTÍNUA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	226.211,25	211.447,45	93,47
TOTAL			5.324.437,97	5.260.072,48	98,79

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/relel_20240507143704\[ebzunigc330pg15auqmpohta\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/relel_20240507143704[ebzunigc330pg15auqmpohta].PDF) em 07/05/2024 às 14:37

5

Indicadores de gestão e de desempenho que permitam aferir a eficiência, eficácia e economicidade das ações

Metas Físicas e Financeiras

A aferição das metas físicas e financeiras, obedecem a verticalização dos instrumentos de planejamento, desde o objetivo estratégico, passando pela ação de governo propriamente dita, programas contemplados, e por fim, os indicadores de resultados.

Portanto, o cumprimento da meta em si, depende muitas vezes de fatores condicionantes que norteiam o sistema estadual de planejamento e nem sempre o planejamento setorial.

QUANTIDADE DE DEFENSORES POR MÊS

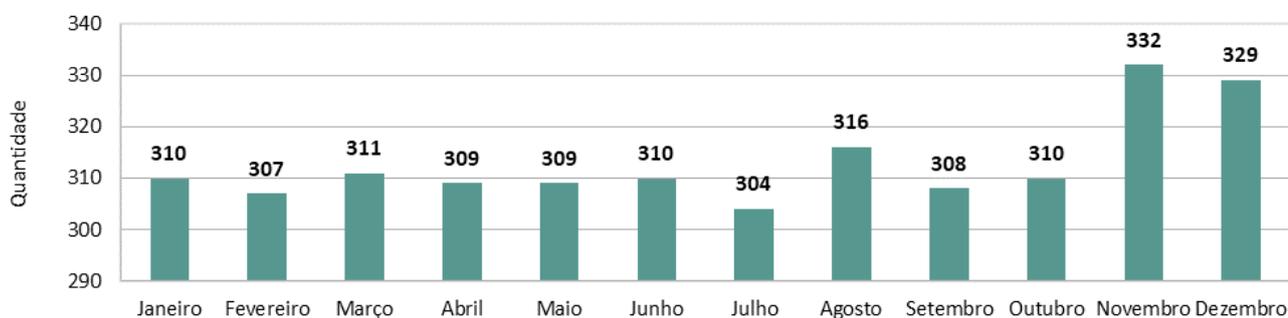


Tabela 14 - QUANTIDADE DE DEFENSORES EM ATIVIDADE-FIM

Mês	Jan	Fev	Mar	Abril	Maio	Junho	Julho	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Quantidade	310	307	311	309	309	310	304	316	308	310	332	329

Fonte: Dados obtidos através do METABASE (Business Intelligence) e consolidados no sistema Nossa Defensoria em 30/04/2023. Lista de Defensores com atividades no Período de Janeiro á Dezembro de 2023.

Tabela 15 - GESTÃO POR RESULTADOS

ATIVIDADE	NÚCLEO	FONTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
PROCEDIMENTOS	CAP+INTERIOR	ND + SIC + SIRDP + SOLAR	738.278	780.234	757.065	634.526	734.297	835.742	942.368
ACOLHIMENTOS	2 GRAU	ND	0	0	0	1.561	12.602	6.815	2.603
ACOLHIMENTOS	ACARAÚ	ND	0	0	0	242	1.195	231	39
ACOLHIMENTOS	ACOLHE	ND	0	0	96	545	66	576	421
ACOLHIMENTOS	ACOIARA	ND	0	0	0	0	0	0	2
ACOLHIMENTOS	ALECE	ND	0	0	0	0	0	0	3
ACOLHIMENTOS	ALO DEFENSORIA	ND	14.884	8.315	10.490	16.913	23.856	26.194	32.973
ACOLHIMENTOS	AMONTADA	ND	0	0	0	0	0	254	671
ACOLHIMENTOS	AQUIRAZ	ND	0	0	0	626	387	30	393
ACOLHIMENTOS	ARACATI	ND	1.920	0	0	1.420	8.252	4.124	2.864
ACOLHIMENTOS	BARBALHA	ND	0	0	0	264	107	5.741	7.813
ACOLHIMENTOS	BATURITÉ	ND	0	0	0	0	0	2.674	2.326
ACOLHIMENTOS	BEBERIBE	ND	0	0	0	53	735	311	1273
ACOLHIMENTOS	BOA VIAGEM	ND	0	0	0	0	0	288	760
ACOLHIMENTOS	BOM JARDIM	ND	0	0	0	0	0	1.062	2.324
ACOLHIMENTOS	BREJO SANTO	ND	0	0	0	0	0	303	399
ACOLHIMENTOS	CAMOCIM	ND	0	0	0	52	26.810	1.608	1.126
ACOLHIMENTOS	CANINDÉ	ND	0	0	0	0	0	852	1.827
ACOLHIMENTOS	CASCADEL	ND	0	0	0	0	0	0	1.538
ACOLHIMENTOS	CAUCAIA	ND	19.985	19.872	15.334	7.750	16.280	21.672	38.857
ACOLHIMENTOS	CDC/CDI	ND	0	0	0	0	0	0	3
ACOLHIMENTOS	CEDRO	ND	0	0	0	0	0	0	99
ACOLHIMENTOS	CÍVEL	ND	15.345	17.926	17.324	5.506	4.514	23.732	40.155
ACOLHIMENTOS	CHAVAL	ND	0	0	0	0	0	616	244
ACOLHIMENTOS	CONSUMIDOR	ND	0	0	0	1.912	1.476	4.402	6.986

ACOLHIMENTOS	CRATEÚS	ND	0	0	6	0	8.706	64	14
ACOLHIMENTOS	CRATO	ND	0	0	0	6.025	17.258	5.294	10.612
ACOLHIMENTOS	CRIMINAL	ND	23	161	565	11.897	0	12.402	12.738
ACOLHIMENTOS	DEF EM MOV	OUTROS	0	0	1.143	0	24.563	0	0
ACOLHIMENTOS	DELITOS SOBRE TRÁFICO E USO DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES	ND	0	0	0	0	0	1.829	1.217
ACOLHIMENTOS	DONA DEDE	DONA DEDE	0	0	0	16.092	43.674	19.400	19.900
ACOLHIMENTOS	EXECUÇÃO FISCAL	ND	0	0	0	0	0	140	212
ACOLHIMENTOS	FAMÍLIA	ND	43.080	41.217	39.784	11.646	6.472	56.687	69.393
ACOLHIMENTOS	FAZENDA PUB	ND	0	0	0	2.687	104	6.183	5.398
ACOLHIMENTOS	HORIZONTE	ND	0	0	0	45	2.626	157	383
ACOLHIMENTOS	IDOSO	ND + SGA	0	7.388	7.770	2.148	6.994	5.275	7.198
ACOLHIMENTOS	IGUATU	ND	0	0	0	882	1.482	5.009	7.207
ACOLHIMENTOS	INDEPENDÊNCIA	ND	0	0	0	0	0	0	92
ACOLHIMENTOS	IPÚ	ND	0	0	0	192	10.686	0	0
ACOLHIMENTOS	ITAITINGA	ND	0	0	0	0	0	313	449
ACOLHIMENTOS	ITAPIOCA	ND	0	0	0	0	0	0	337
ACOLHIMENTOS	JOÃO XXIII	ND	736	6.560	6.641	7.844	20.795	14.317	18.307
ACOLHIMENTOS	JUAZEIRO DO NORTE	ND	226	0	3.562	8.932	2.316	30.850	32.054
ACOLHIMENTOS	JUIZADOS ESPECIAIS	ND	0	0	0	849	8.037	10.972	13.206
ACOLHIMENTOS	JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE FORTALEZA	ND	0	0	0	0	0	2.248	3.002
ACOLHIMENTOS	JÚRI	ND	0	0	0	0	0	911	527
ACOLHIMENTOS	LAVRAS DA MANGABEIRA	ND	0	0	0	0	0	0	43
ACOLHIMENTOS	LIMOEIRO DO NORTE	ND	0	0	0	0	0	0	597
ACOLHIMENTOS	MARACANAÚ	ND + SGA	908	7.620	10.084	2.667	1.903	10.077	5.199

ACOLHIMENTOS	MARANGUAPE	ND	0	0	1.443	399	301	3.875	4.538
ACOLHIMENTOS	MORADA NOVA	ND	0	0	0	45	3.879	0	111
ACOLHIMENTOS	MUCURIBE	ND	0	0	216	1.358	3.981	5.892	673
ACOLHIMENTOS	NADIJ	ND	776	1.459	1.559	2.613	0	3.855	2.350
ACOLHIMENTOS	NÃO INFO	-	0	0	0	12.715	24.641	42.001	60
ACOLHIMENTOS	NAPI	ND + SGA	74.595	47.834	41.621	13.540	0	32.989	37.218
ACOLHIMENTOS	NDHAC	-	0	0	0	1.525	3.722	0	1
ACOLHIMENTOS	NOVA RUSSAS	ND	0	0	0	0	0	115	270
ACOLHIMENTOS	NUAJA	ND	0	0	0	1.043	4.039	3.436	4.154
ACOLHIMENTOS	NUAPP	SIC	0	0	0	2.623	0	1.211	658
ACOLHIMENTOS	NUDECON	-	0	3.449	3.567	0	8.472	666	6.447
ACOLHIMENTOS	NUDEM	ND	3.983	0	0	3.005	24.061	3.744	4.057
ACOLHIMENTOS	NUDEP	SIC	14.476	15.625	16.619	32.189	23.542	19.156	18.441
ACOLHIMENTOS	NUDESA	ND + SGA	0	10.985	11.362	21.702	6.167	37.309	59.487
ACOLHIMENTOS	NUDESA-NAIS	ND	0	0	9.350	7.486	8	13.213	23.724
ACOLHIMENTOS	NUHAM	ND	0	0	0	137	5.875	280	381
ACOLHIMENTOS	NURDP	ND + SGA	0	6.086	4.502	2.406	11.812	9.506	8.257
ACOLHIMENTOS	NUSOL	ND + SGA	0	5.015	3.867	3.949	0	8.712	10.810
ACOLHIMENTOS	OFÍCIOS	-	0	0	663	0	0	0	0
ACOLHIMENTOS	ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	ND	0	0	0	0	0	520	375
ACOLHIMENTOS	OUVIDORIA	-	0	0	1.946	2.831	1	0	0
ACOLHIMENTOS	PACAJUS	ND	1.968	2.460	2.420	0	684	20	1.561
ACOLHIMENTOS	PACATUBA	ND	0	0	0	53	0	444	474
ACOLHIMENTOS	PROJETO ACOLHER	ND	0	0	0	0	0	0	1
ACOLHIMENTOS	PSICOSSOCIAL	-	0	0	2.002	27.206	5.250	2.370	6.803
ACOLHIMENTOS	QUIXADÁ	ND	0	0	0	891	353	1.923	1.842
ACOLHIMENTOS	QUIXERAMOBIM	ND	0	0	0	194	1.975	0	179
ACOLHIMENTOS	REDENÇÃO	ND	0	0	0	0	0	0	560

ACOLHIMENTOS	REGISTROS PÚBLICOS	ND	0	0	0	0	0	0	22
ACOLHIMENTOS	RUSSAS	ND	0	0	0	326	26.225	772	530
ACOLHIMENTOS	SANTA QUITÉRIA	ND	0	0	0	0	0	13	3
ACOLHIMENTOS	SANTANA DO CARIRI	ND	0	0	0	0	0	0	39
ACOLHIMENTOS	SENADOR POMPEU	ND	0	0	0	0	0	0	72
ACOLHIMENTOS	SOBRAL	ND	3	0	16.226	7.844	1.548	30.233	31.612
ACOLHIMENTOS	SOBRAL-LAÇOS DE FAM	ND	0	0	0	1.528	5.429	3.995	3.475
ACOLHIMENTOS	SOBRAL-NUSOL	ND	0	0	0	432	0	6.107	0
ACOLHIMENTOS	SUCESSÕES	ND	0	0	0	2.148	0	4.740	8.870
ACOLHIMENTOS	TABULEIRO DO NORTE	ND	0	0	0	0	0	0	596
ACOLHIMENTOS	TAUÁ	ND	0	0	0	0	0	13	185
ACOLHIMENTOS	TIANGUÁ	ND	0	0	0	0	0	0	112
ACOLHIMENTOS	TRAIRI	ND	0	0	0	0	0	488	503
ACOLHIMENTOS	VAPT VUPT	ND	0	0	0	0	0	0	793
ACOLHIMENTOS	VÁRZEA ALEGRE	ND	0	0	0	0	0	109	302
ACOLHIMENTOS	VIÇOSA DO CEARÁ	ND	0	0	0	0	0	653	1.561
NPBD – Estimativa do número de pessoas beneficiadas diretamente			931.183	982.206	971.001	880.101	1.112.628	1.357.715	1.538.259
NPBI – Estimativa do número de pessoas beneficiadas indiretamente (NPBD * 3,6)			3.352.259	3.535.942	3.495.604	3.168.364	4.005.461	4.887.774	5.537.732

Fonte: Dados obtidos através do METABASE (Business Intelligence) e consolidados no sistema Nossa Defensoria em 30/04/2024. Lista de Defensores com atividades no Período de Janeiro à Dezembro de 2023.

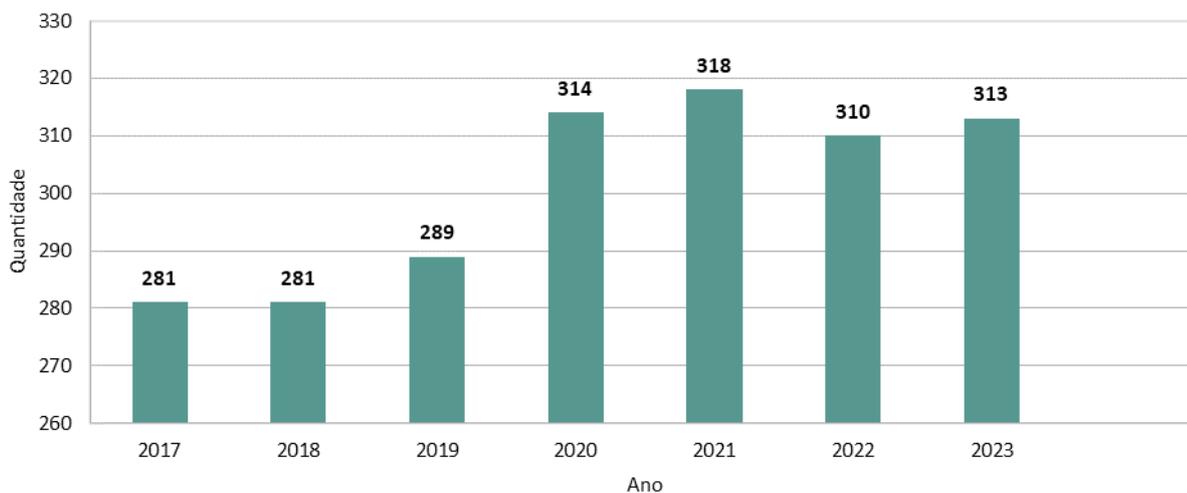
Tabela 16 - INDICADORES DE GESTÃO POR RESULTADOS

INDICADOR	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Número de Pessoas Beneficiadas Diretamente (NPBD)	931.186	982.206	987.227	893.464	1.112.628	1.357.715	1.538.259
Número de Pessoas Beneficiadas Indiretamente (NPBD * 3,6)	3.352.270	3.535.942	3.554.017	3.216.470	4.005.461	4.877.774	5.537.732
Média mensal de atendimentos	77.599	81.850	82.269	74.455	92.719	113.143	128.188
Quantidade de Defensores na atividade-fim	281	281	289	313	336	311	313
Produtividade média mensal dos Defensores	276	291	285	238	285	364	410
Valor total Empenhado da fonte Recursos Ordinários (Orçamento DPGE)	132.199.627	149.947.344	165.055.003	179.793.512	182.983.191	214.233.207	253.145.467
Custo médio do Atendimento	141,97	152,60	167,19	201,23	164,46	157,79	164,57
População estimada	9.022.867	9.082.071	9.132.858	9.187.886	9.240.580	9.240.580	8.794.957
Habitantes por Defensor	32.110	32.311	31.611	29.370	27.502	29.712	28.099

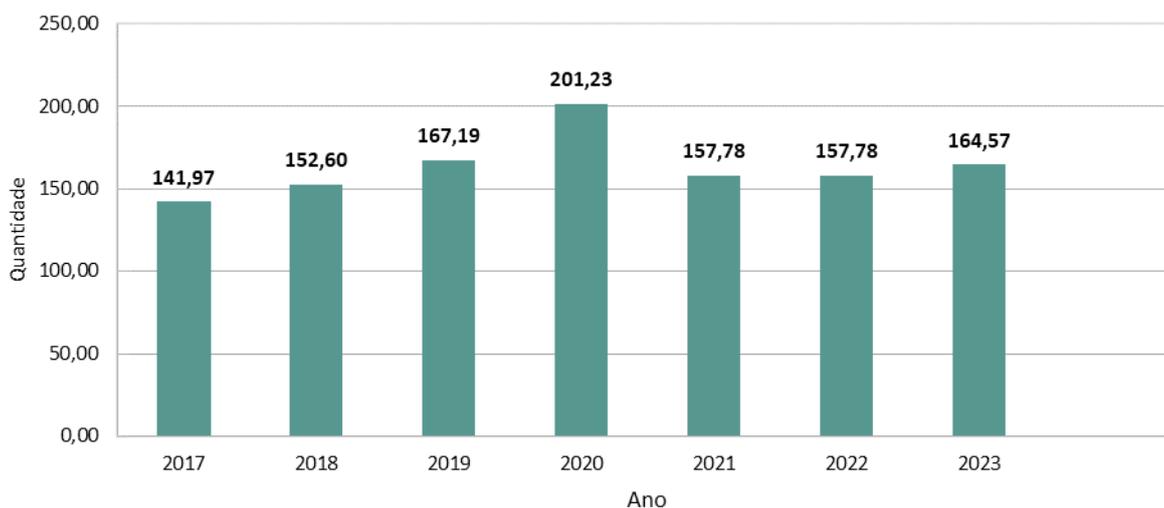
Fontes:

- (1) METABASE (Business Intelligence) calculado pelo sistema Nossa Defensoria;
- (2) Calculado por meio da divisão do Orçamento Total da Fonte Recursos Ordinários pela Quantidade de Defensores na Atividade-Fim;
- (3) Calculado por meio da divisão do número de pessoas beneficiadas diretamente (NPBD) pela quantidade de defensores, e este resultado dividido por 12 meses (Cálculo: $(NPBD/Quant\ Defensores)/12$);
- (4) População estimada do estado do Ceará calculada por meio de regressão linear com base nos dados do IBGE de 2010 (8.452.381) e 2015 (8.904.459) obtidas no endereço: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=ce> em 04/05/2016 às 17:06; Não houve atualização pelo IBGE da população estimada do ano de 2023 até o dia 03.05.2024 sendo utilizado o mesmo quantitativo do ano de 2022 já que o IBGE realizou o censo no ano de 2022, <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce.html>;
- (5) Habitantes por Defensor Público calculado pela divisão da População Estimada pela Quantidade de Defensores na Atividade-Fim;
- (6) Calculado por meio da divisão do número de pessoas beneficiadas diretamente (NPBD) dividido por 12 meses (Cálculo: $(NPBD)/12$);
- (7) Dados obtidos por meio do sistema SIOF/SEPLAG (Valor empenhado);

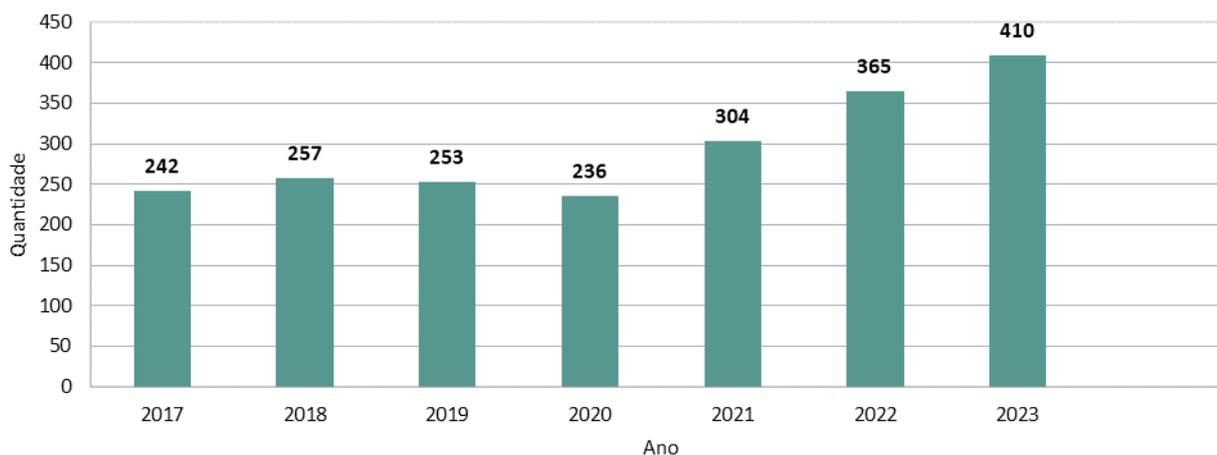
MÉDIA MENSAL DE DEFENSORES NA ÁREA FIM



CUSTO MÉDIO DO PROCEDIMENTO POR ANO



PROCEDIMENTOS POR DEFENSOR PÚBLICO



5.2. Indicadores de Desempenho

INDICADORES DE EFICIÊNCIA

Nossos Indicadores de Eficiência foram construídos como as iniciativas prioritárias constantes no PPA 2020-2023, são elas:

511.1.01 - Promoção da oferta de serviços de assistência jurídica integral e gratuita.

Produto: Procedimento Jurídico Realizado

Execução Física:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
874.791	290.947	636.414	942.712

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2020-2023

Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
20101 - PROMOÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA - FAADEP	5.016.000,00	5.516.000,00	5.098.226,72	5.048.625,03	92,43	91,53
Total	5.016.000,00	5.516.000,00	5.098.226,72	5.048.625,03	92,43	91,53

Fonte: [http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reI_20240426111906\[ncm5rma4cpxawlat-0ggkzie\].PDF](http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reI_20240426111906[ncm5rma4cpxawlat-0ggkzie].PDF) 26/04/2024 às 11:19

511.1.03 – Promoção da melhoria contínua na prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita

Produto: Profissional Capacitado

Execução Física:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
2	2	2	2

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2020-2023

Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
20102 - PROMOÇÃO DA MELHORIA CONTÍNUA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL E GRATUITA	445.500,00	445.500,00	226.211,25	211.447,45	50,78	47,46
Total:	445.500,00	445.500,00	226.211,25	211.447,45	50,78	47,46

Essa medida possui estreita relação com produtividade, ou seja, o quanto se consegue produzir com os meios disponibilizados. Assim, a partir de um padrão ou referencial, a eficiência de um processo será tanto maior quanto mais produtos forem entregues com a mesma quantidade de insumos, ou os mesmos produtos e/ou serviços sejam obtidos com menor quantidade de recursos (MPOG, 2010).

O Indicador de Eficiência mede relações entre quantidade de produto e custo dos insumos ou características do processo, como o tempo de produção (TCU, 2011).

Tabela 18 - INDICADOR DE EFICIÊNCIA COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Iniciativa PPA 2020– 2023	Produto da Iniciativa	Realizado 2023 (A)	Investimento 2023 (B)	I (R\$/Unid) (B/A)
511.1.01	Ampliação da prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita.	Procedimento Jurídico Realizado	942.712	5.098.226,72	5,40
511.1.03	Promoção da melhoria contínua na prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita	Profissional Capacitado	2	226.211,25	113.105,62

INDICADORES DE EFICÁCIA

O indicador de eficácia aponta o grau com que um Programa atinge as metas e objetivos planejados, ou seja, uma vez estabelecido o referencial (linha de base) e as metas a serem alcançadas, utiliza-se indicadores de resultado para avaliar se estas foram atingidas ou superadas (MPOG, 2010).

O indicador de Eficácia mede quantidade de produto, alcance metas de entrega de bens e serviços (TCU, 2011).

Tabela 19 - INDICADOR DE EFICÁCIA COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Iniciativa PPA 2020– 2023	Produto da Iniciativa	Programado 2023 (A)	Realizado 2023 (B)	I (B/A)
511.1.01	Ampliação da prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita.	Procedimento Jurídico Realizado	874.791	942.712	1,08
511.1.03	Promoção da melhoria contínua na prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita	Profissional Capacitado	2	2	1,0

INDICADORES DE ECONOMICIDADE

Os indicadores de economicidade medem os gastos envolvidos na obtenção dos insumos (materiais, humanos, financeiros etc.) necessários às ações que produzirão os resultados planejados. Visa a minimizar custos sem comprometer os padrões de qualidade estabelecidos e requer um sistema que estabeleça referenciais de comparação e negociação (MPOG, 2010).

O indicador de economicidade mede o custo dos insumos e os recursos alocados para a atividade (TCU, 2011).

Tabela 20 - INDICADOR DE ECONOMICIDADE COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Iniciativa PPA 2020– 2023	Produto da Iniciativa	R\$ / Unid. Entregues 2022 (Ia)	R\$ / Unid. Entregues 2023 (I)	% Indic. (I/Ia)
511.1.01	Ampliação da prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita.	Procedimento Jurídico Realizado	7,38	5,40	0,73
511.1.03	Promoção da melhoria contínua na prestação dos serviços de assistência jurídica integral e gratuita	Profissional Capacitado	64.573,45	113.105,62	1,75

6 Demonstrativo de Fluxo Financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados, bem como a indicação de contrapartida estadual, se for o caso.

No exercício de 2023 o Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará não possuiu projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados.

Fonte: Gerência Financeira DPGE em 02/05/2024

7 Demonstrativo das transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres;

Para o exercício de 2023 o Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará não possui transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres.

Fonte: Gerência Financeira DPGE em 02/05/2024.

8

Relatório de desempenho de gestão dos órgãos ou entidades supervisoras que mantenham contrato de gestão com organizações sociais na forma da Lei 12.781/97, bem como relatórios gerencial e de atividades;

O Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará não possuiu, no exercício de 2023, Contratos de Gestão com Organizações Sociais na forma da Lei 12.781/97.

Fonte: Gerência Financeira DPGE em 02/05/2024.

9

Relatório de exoneração de Responsável antes do final do exercício.

9.1 Período de Gestão

Compreende o período de gestão da Defensora Pública Geral do Estado do Ceará, Elizabeth das Chagas Sousa, referente ao ano de 2023, teve início em 02/01/2023 à 02/12/2023.

9.2 Relação de Contratos e Convênio Celebrados

RELAÇÃO CONTRATOS FAADEP				
Número	Credor	SIAFE	Assinatura	Valor Inicial
72/2022	COMPANHIA DE COMUNICACAO E INFORMACAO	23000098	09/01/2023	790,80
05/2023	M. A. DA SILVA DO VALE	23000120	06/02/2023	139.680,00
04/2023	ALUMIPLACAS SHQ NOGUEIRA INDUSTRIA DE PLACAS LTDA	23000118	06/02/2023	142.900,00
07/2023	INSTITUTO EUVALDO LODI NUCLEO DO CEARA	23000321	06/02/2023	20.000,00
09/2023	JPJ COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL DE ESCRITORIO LTDA	23000057	07/02/2023	112.600,00
10/2023	CONSTRUTORA EVOLUTIA LTDA	23000117	17/02/2023	33.694,20
06/2023	MAVI CONSTRUÇÕES LTDA	23000129	01/03/2023	700,74
12/2023	CS BRASIL FROTAS S.A	23000260	22/03/2023	374.550,00
14/2023	THALITA RIBEIRO FIRMINO SAMPAIO	23000291	29/03/2023	55.083,47
16/2023	COMSERV SERVICOS E ENGENHARIA EIRELI	23000329	03/04/2023	959.004,74

13/2023	ALESSANDRO DE SIQUEIRA SANTOS	23000330	12/04/2023	15.200,00
18/2023	LEX EDITORA S.A.	23000199	02/05/2023	16.000,00
03/2023	PATIO ITAITINGA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	23000323	04/05/2023	43.190,94
17/2023	SOLUTI SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS INTELIGENTES S/A	23000230	04/05/2023	33.048,95
11/2023	3A PARTICIPAÇÕES LTDA	23000322	10/05/2023	86.612,49
20/2023	COINTEL CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA	23000324	01/06/2023	650.000,00
29/2023	COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA - ENEL	23000724	26/06/2023	197.287,61
31/2023	MARIA DA CUNHA ANGELIM	23000456	05/07/2023	35.004,71
35/2023	CP SERVIÇOS DE APOIO E CPNSERVAÇÃO EM EDIFÍCIOS LTDA	23000554	10/07/2023	248.183,79
32/2023	ALICE SILVA CRUZ NETA	23000553	17/07/2023	650.000,00
37/2023	DB3 SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES S.A	23000379	19/07/2023	13.399,20
08/2023	Universidade Católica de Pernambuco - DINTER UNICAP	23000388	20/07/2023	75.750,00
26/2023	SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO CEARA	23000457	28/07/2023	35.166,00
27/2023	SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO CEARA	23000458	28/07/2023	14.810,00
21/2023	COINTEL CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÕES LTDA	23000464	07/08/2023	650.000,00
39/2023	COMPANHIA ENERGETICA DO CEARA - ENEL	23000497	08/08/2023	91.758,89
28/2023	INSTITUTO EUVALDO LODI NUCLEO DO CEARA	23000721	21/08/2023	25.000,00
41/2023	CAMILA FRAGOSO AGUIAR DOS ANJOS	23000555	28/08/2023	31.335,20
50/2023	CONTIPLAN TECNOLOGIA GRAFICA LTDA-EPP	23000730	19/09/2023	12.740,00
49/2023	CIPLAC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME	23000729	19/09/2023	51.146,20

46/2023	AIAMISS	23000649	29/09/2023	33.000,00
57/2023	GRAFICA PRODATA LTDA	23000600	05/10/2023	30.000,00
53/2023	REGINALDO CAVALCANTE DOMINGOS	23000679	05/10/2023	44.493,78
51/2023	DB3 SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES S.A	23000618	09/10/2023	445.200,00
60/2023	EUROSERV BUSINESS & NEGOCIOS TERCEIRIZADOS EIRELI	23000722	10/10/2023	275.017,44
61/2023	EUROSERV BUSINESS & NEGOCIOS TERCEIRIZADOS EIRELI	23000723	10/10/2023	4.817.020,98
55/2023	F DA SILVA CORNELIO	23000658	10/10/2023	70.000,00
58/2023	EXPRESSO DISTRIBUIDORA EIRELI	23000672	30/10/2023	7.402,59
63/2023	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	23000749	01/11/2023	7.617,60
62/2023	SAAE DE ICO	23000752	20/11/2023	2.916,30
65/2023	SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	23000750	22/11/2023	12.950,96
66/2023	AVO COMERCIO E MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA	23000758	01/12/2023	16.950,00

9.3 Relação de Tomada de Contas Especiais instauradas

O Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Ceará não possuiu processos de Tomada de Contas Especiais instauradas no exercício de 2023.

9.4 Relação das Nomeações Realizadas

Não foram realizadas nomeações no exercício de 2023.

10 Conclusão

A instituição pública que pensa e planeja suas ações proporciona à sociedade, membros, servidores e colaboradores plena visibilidade de sua atuação, com descrições claras de seus propósitos a atingir e referencial para a avaliação dos resultados obtidos.

A busca da eficiência e eficácia no atendimento de sua missão constitucional exigem da Defensoria Pública do Estado do Ceará o planejamento de suas ações que levem a melhor qualidade dos serviços oferecidos ao cidadão cearense hi-possuficiente.

Após o fim do período pandêmico e retorno às atividades presenciais, a Defensoria Pública do Estado do Ceará retomou o planejamento institucional de forma participativa entre seus membros e a sociedade civil, com a realização em 2023 do VIII Ciclo de Orçamento Participativo.

Essa metodologia de definição das diretrizes, objetivos e metas da instituição mediante participação popular, retomada tão logo restabelecida a normalidade do convívio social, demonstra o compromisso da atual gestão com a responsabilização democrática.

No período de 2022-2023 a Defensoria do Estado do Ceará apresentou melhoria em vários indicadores de governança, dentre os quais destacam-se exemplificadamente: (a) número total de atendimentos; (b) índice de execução dos projetos do planejamento estratégico; (c) índice de transparência pública e (d) classificação no Programa Nacional de Transparência Pública da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON).

2022	2023
1.357.715,00 atendimentos	1.538.259,00 atendimentos
63,5% de execução dos projetos do planejamento estratégico	91,12% de execução dos projetos do planejamento estratégico
79,11% de índice de transparência pública	95,13% de índice de transparência pública
Selo PRATA - no Programa Nacional de Transparência Pública da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)	Selo DIAMANTE - no Programa Nacional de Transparência Pública da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)

Os resultados alcançados são fruto do esforço contínuo da Defensoria Pública do Estado do Ceará em adotar metodologias e boas práticas de gestão pública no cumprimento de sua missão constitucional de promover acesso à justiça à população carente do Estado do Ceará.

A Defensoria Pública do Estado do Ceará seguirá em 2024 aperfeiçoando o modelo de gestão, sempre em busca de promover serviço público de excelência à sociedade cearense.

11

Referências Bibliográficas

DPGE – Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2022-2023. Fortaleza. 2023. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.defensoria.ce.def.br/wp-content/uploads/2022/08/PLANO-GERAL-DEATUACAO-2022-2023.pdf>

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). INDICADORES DE PROGRAMAS - Guia Metodológico. Brasília, Março/2010. Download em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/100324_indicadores_programas-guia_metodologico.pdf no dia 02/05/2016 às 10:13;

TCU - Tribunal de Contas da União. TÉCNICA DE INDICADORES DE DESEMPENHO PARA AUDITORIAS, Brasília, 11/01/2011 - ano XLIV – Nº3, disponível em <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D78C1F1014D7957D0D84565> em 03/05/2016 às 09:42.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO CEARÁ